



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

EDITAL DE HABILITAÇÃO E POSTULAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA FINS DE RECEBIMENTO DO ICMS ECOLÓGICO 2017

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí abre o processo de Habilitação e Postulação dos municípios piauienses, para adesão ao ICMS Ecológico, obedecendo aos preceitos da Lei nº 5.813, de 03 de dezembro de 2008 e das alterações conforme a Lei Estadual Nº 6581 de 23 Setembro 2014, e do Decreto nº 14.861, de 15 de junho de 2012 e alterações conforme Decreto nº 16.445, de 26 de fevereiro de 2016, e disposições seguintes.

1. OBJETO:

O presente Edital tem por objetivo abrir o processo de habilitação e postulação dos municípios piauienses para obtenção do Selo Ambiental com vistas à aplicação dos benefícios do ICMS Ecológico, conforme o Art. 3º, previstos na Lei Nº. 5.813, de 03 de Dezembro de 2008, regulamentada pelo Decreto Nº. 14.861, de 15 de junho de 2012, e das alterações conforme a Lei Estadual Nº 6.581 de 23 Setembro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 14.861, de 15 de junho de 2012 e alterações conforme Decreto nº 16.445, de 26 de fevereiro de 2016.

2. DA HABILITAÇÃO E POSTULAÇÃO

Período: 08/05 a 24/07/2017

Para habilitar-se ao Selo Ambiental o município deverá possuir Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, devidamente regulamentado e atuante, e dispor em seu Plano Diretor Municipal, quando aplicável, de capítulo sobre a política e ações ambientais.

A postulação para obtenção do Selo Ambiental é de iniciativa das Prefeituras Municipais e deverá ser efetivada a partir da publicação do presente Edital Anual de Habilitação ao ICMS Ecológico **tendo como prazo limite o dia 24 de Julho** do corrente ano.

Nesta fase, deverá ser apresentado o Questionário de Avaliação (Anexo Único deste Edital), preenchido e assinado pelo Gestor Municipal, juntamente com a documentação comprobatória elencada no referido Questionário, bem como dos documentos necessários à Habilitação, quais sejam:

- I. Instrumento legal de Criação do Conselho e sua regulamentação, quando couber;
- II. Atas das Reuniões realizadas;
- III. Capítulo do Plano Diretor que trata do meio ambiente, quando couber.

A apresentação das informações e documentação à SEMAR deverá observar o disposto nos Artigos: 8º e 9º do Decreto nº 14.861, de 15 de junho de 2012 e alterações conforme Decreto nº 16.445, de 26 de fevereiro de 2016, bem como a Tabela de Avaliação constante de seu Anexo A, podendo ser adotados roteiros complementares, mediante decisão da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí, por meio da Comissão de Avaliação de Desempenho Ambiental. As informações e documentação para habilitação referem-se aos dados conforme exigências do Decretos 14.861, de 15 de junho de 2012 e alterações conforme Decreto nº 16.445, de 26 de fevereiro de 2016, devendo ser enviadas, por via postal ou protocoladas diretamente na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, situada à Rua 13 de Maio, 370, 4º andar, Centro, Teresina/PI. Somente será aceita a documentação protocolada até o **prazo limite o dia 24 de Julho**, ou no caso de envio via postal, aquelas com data de postagem compatível com os prazos estabelecidos.



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

3. DA ANÁLISE E AUDITORIA E CLASSIFICAÇÃO

Período: 25/07 a 17/10/2017.

Somente serão submetidos à análise, os Questionários e Documentação dos municípios devidamente habilitados, nos termos dos Arts. 8º e 9º do Decreto nº 14.861, de 15 de junho de 2012 e alterações conforme Decreto nº 16.445, de 26 de fevereiro de 2016. As informações enviadas pelos municípios e recebidas pela SEMAR, no prazo estabelecido pelo presente Edital, serão analisadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho Ambiental. Após a análise da CADAM o resultado deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado até o **dia 17 do mês de Outubro corrente.**

4. DA APRESENTAÇÃO DOS RECURSOS

Período: 18/10 a 01/11/2017.

A partir da publicação do resultado do enquadramento, o município terá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para solicitar reavaliação de sua pontuação, mediante ofício fundamentado dirigido à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme art. 14 do Decreto nº 14.861, de 15 de junho de 2012.

5. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Período: 03/11 a 17/11/2017.

A análise do pedido de reavaliação será realizada pela CADAM e aqueles processos que tiverem sido indeferidos pela Comissão, serão encaminhados ao CONSEMA que os analisará no período de **5 dias.**

6. CLASSIFICAÇÃO FINAL

Período: 17/11 a 19/11/2017.

A publicação da avaliação definitiva, com a atribuição ou não do Selo Ambiental ao município, será feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, com base nos dados fornecidos pela Comissão de Avaliação e nas reavaliações consideradas procedentes pelo CONSEMA **até 19 de Novembro de 2017.**

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento no artigo 27º do Decreto nº 14.861/2012, ficará DESCLASSIFICADA, a proposta que apresentar documentação falsa (qualquer modo de falsidade ideológica ou estelionato junto à administração pública) e realizar litigância de má fé, não excluindo-se as ações judiciais cabíveis.

Mais informações podem ser obtidas pessoalmente junto a SEMAR ou pelo telefone (86) 3216-2038/2039/2040 e pelo e-mail icmsecologico@semar.pi.gov.br.

Teresina (PI), 10 de abril de 2017.

LUIZ HENRIQUE DE SOUSA CARVALHO
(ZIZA CARVALHO)

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO:

O presente questionário tem a função de coleta de informações para enquadramento do Município no Selo Ambiental do ICMS Ecológico – 2017. Os itens que não se aplicam ao Município devem ser justificados, de modo que nenhuma questão fique sem resposta. O questionário estará disponível em meio digital no site oficial da SEMAR à partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

O questionário deverá estar dividido em 10 partes conforme modelo, digitalizado (escaneado) em CD/DVD conforme modelo, encadernado, paginado com sumário conforme modelo, obedecendo a ordem da tabela de avaliação com todos os itens respondidos e apresentados separadamente, sendo volumes de respostas e documentos para o ano de 2017.

No item I. Legislação sobre a política Municipal de meio ambiente, 1.3. Execução do licenciamento ambiental, o município deverá apresentar as comprovações de atendimento ao disposto no art. 20 da Resolução Conama 237/97 e no parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar 140/2011 para emissão de comprovante pela SEMAR.

QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA AVALIAÇÃO DO ENQUADRAMENTO NO SELO AMBIENTAL

DADOS GERAIS

Município:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Município:

Fone:

Fax:

Homepage:

Contato:

E-mail:

REPRESENTANTE LEGAL

CPF:

Endereço:

Bairro:

Município:

Fone:

Celular:

Fax:

E-mail:

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Ato Normativo de Criação:



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

Ato Normativo de Aprovação do Regimento:

PLANO DIRETOR

Capítulo sobre Meio Ambiente:

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

A - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A.1) Armazenamento/Acondicionamento.

O município disponibiliza coletores de lixo na maioria dos logradouros públicos?

A.2) Coleta e Transporte.

O município coleta e transporta regularmente os resíduos sólidos urbanos de acordo com as normas técnicas?

O município coleta e transporta regularmente os resíduos sólidos urbanos de acordo com as normas técnicas em assentamentos da reforma agrária?

O município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e destina para a reciclagem dos materiais coletados até 25% dos domicílios?

O município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e destina para a reciclagem dos materiais coletados até 50% dos domicílios?

O município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e destina para a reciclagem dos materiais coletados até 100% dos domicílios?

A.3) Disposição Final.

Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Lixão, a céu aberto?

Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário em processo de licenciamento sem pendências processuais?

Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário licenciado?

Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário licenciado que é operado de acordo com as normas técnicas?

A.4) Tratamento.

Dispõe de Usina(s) de Reciclagem?

Pratica atividades de Compostagem?

Realiza Incineração?

Possui acima de 02 pontos de entrega voluntária – PEV de materiais recicláveis?

A.5) Limpeza Pública.

Executa limpeza regular dos logradouros públicos de acordo com as normas técnicas?



A.6) Planejamento.

- Possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou similar?
- Possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde?
- Realiza atividades de educação ambiental voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos?
- Realiza atividades de educação ambiental voltadas ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde?
- Executa projetos e políticas de redução e reaproveitamento de resíduos?

A.7) Resíduos Especiais.

- Realiza Coleta Seletiva de Lixo Hospitalar de acordo com as normas técnicas?
- O lixo hospitalar possui destino separado do domiciliar?

A.8) Atividades com Catadores.

- Realiza atividades de inclusão social e melhoria das condições de trabalho dos catadores de lixo?
- Possui associação ou cooperativa de catadores de lixo?
- Apoia o funcionamento da associação ou cooperativa de catadores?

B - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

B.1) Programa Municipal de Educação Ambiental.

- Instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental?
- As metas do programa atingiram acima de 50% do planejado?

B.2) Educação Ambiental Informal.

- Incentiva a capacitação de Técnicos e Gestores Municipais para a participação em eventos de capacitação em áreas correlatas ao meio ambiente?

B.3) Educação Ambiental Formal.

- Promove capacitação de professores?
- Realiza atividades de educação ambiental voltadas às escolas?
- Inseriu a educação ambiental no Projeto Político Pedagógico ou no Projeto de Desenvolvimento Escolar nas escolas municipais?

B.4) Implantação de Projetos e Atividades de Educação Ambiental.

- Não realizou?
- Semana do Meio Ambiente?
- Semana da Água?
- Dia de Campo?
- Fóruns, oficinas e seminários?
- Mobilização via caminhadas, maratonas, passeatas, atividades culturais, etc?



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

Palestras?

B.5) Assentamentos da Reforma Agrária.

Realizou ações de educação ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária?

Realizou práticas agroecológicas em parceria com órgão de extensão rural e entre outras instituições em Assentamentos da Reforma Agrária?

C- RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

C.1) Redução dos Índices de Desmatamento.

Obteve resultados efetivos de redução do índice de desmatamento no município?

D - REDUÇÃO DO RISCO DE QUEIMADAS, CONSERVAÇÃO DO SOLO, DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE

D.1) Combate e Controle de Queimadas.

Apóia, organiza e mantém Brigada Civil de Combate a Incêndios e Queimadas?

Dispõe de Plano de Prevenção e Combate a Incêndios e Queimadas?

O Município elaborou Termo de Cooperação com a Associação de Brigadistas Civis?

Promove Ações de Educação Ambiental visando prevenção ao uso do fogo?

Promove Ações de Educação Ambiental visando prevenção ao uso do fogo em assentamentos da reforma agrária?

Fornece apoio logístico ao Brigadista para combater fogo nos limites do município?

D.2) Conservação do Solo, da Água e da Biodiversidade.

Dispõe de propostas ou planos, programas, ou projetos de gestão da água, conservação do solo e/ou biodiversidade?

Dispõe de ações efetivas de mitigação de impactos sobre o solo, os recursos hídricos e/ou biodiversidade e recuperação de espécies em áreas de preservação permanente?

E - PROTEÇÃO DE MANANCIAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

E.1) Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos.

Conserva ou recompõe a vegetação das áreas de recarga do lençol subterrâneo/freático?

Conserva ou replanta as matas ciliares situadas ao longo dos cursos de água?

E.2) Aspectos Quantitativos e Qualitativos.

Existe instrumentos legais e/ou práticas de disciplina de uso do solo e de recursos hídricos e manejo adequados do solo nas culturas agrícolas, por meio de técnicas apropriadas como plantio em nível em áreas marginais ao curso d'água?

E.3) Destinação adequada dos esgotos sanitários, efluentes e resíduos agroindustriais.



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

- 0 a 25% da População do município é atendida?
- 26 a 50% da População do município é atendida?
- 51 a 100% da População do município é atendida?

E.4) Monitoramento de Água.

Como é considerada a qualidade da água bruta destinada ao abastecimento humano, conforme índice de conservação da água – ICA:

- Péssima?
 - Regular?
 - Boa?
 - Ótima?
 - Os sistemas e soluções coletivas de abastecimento de água para consumo humano possuem plano de amostragem de cada sistema e solução aprovado pela autoridade municipal em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S?
 - Os sistemas e soluções coletivas de abastecimento de água para consumo humano cumprem o plano de amostragem de cada sistema e solução aprovado pela autoridade municipal em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S?
- Qual o índice de cobertura de monitoramento da qualidade da água (parâmetro ICA) dos mananciais do município. $Ic=Nm/Nr$. (Ic=índice de cobertura, Nm= nº de mananciais monitorados, Nr= nº de mananciais do município):
- 0,01-0,20
 - 0,21-0,50
 - 0,51-0,80
 - 0,81-1,00

F - IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO

F.1) Fontes de Poluição.

- Dispõe de Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Sonora?
- Realizou ações de controle e combate à poluição sonora?
- Dispõe de Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Visual?
- Dispõe de Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Atmosférica?
- Realizou ações de controle e combate à poluição atmosférica?

G - EDIFICAÇÕES IRREGULARES

G.1) Edificações Irregulares.

- Dispõe de Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo ou similar?
- Possui estrutura institucional de controle da aplicação da Lei de Uso e Ocupação do Solo?
- Possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano atuante?

H - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

*cada Unidade de Conservação deve ser avaliada separadamente.

H.1) Existência de Unidade(s) de Conservação no Município.



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

- De 1 a 5% da área do município?
- De 6 a 10% da área do município?
- De 11 a 30% da área do município?
- Acima de 30% da área do município?

Observação: Nos itens H2 a H7, indicar quantidade de Unidades de Conservação, de acordo com seu tipo (Unidade de Proteção Integral – UPI ou Unidade de Uso Sustentável – UUS).

H.2) Limites da Unidade demarcados (U.P.I e U.U.S).

- Não Demarcado?
- Parcialmente demarcado?
- Totalmente Demarcado?

H.3) Planejamento (U.P.I e U.U.S).

- Não existe Plano de Manejo?
- O plano de manejo está sendo elaborado ou revisado, com equipe técnica em atuação?
- Existe plano de manejo aprovado, porém não implementado ou revisado nos últimos cinco anos?
- Há plano de manejo e está sendo implementado?

H.4) Desenvolvimento de Atividades (U.P.I e U.U.S).

- Não existe plano de manejo atualizado, mas existe programa de pesquisa visando o manejo da unidade em execução?
- Programa de educação ambiental ou uso público em implementação?
- Existe programa de proteção da biodiversidade?
- Não existe Plano de Manejo, mas existe Plano Operativo Anual para o período desta avaliação?

H.5) Colegiado Participativo (U.P.I e U.U.S).

- Não existe Colegiado ou não há representação da sociedade civil, ou não foi instalado?
- Existe Colegiado com participação da sociedade civil, mas reúne-se no máximo 2 vezes ao ano?
- Existe Colegiado com participação da sociedade civil e reúne-se pelo menos 3 vezes ao ano?

H.6) Pessoal (U.P.I e U.U.S).

- Não há funcionários?
- Possui funcionários voltados para o manejo da unidade?

H.7) Infraestrutura e equipamentos (U.P.I e U.U.S).

- Não há sede administrativa ou suas instalações são inadequadas?
- Há sede administrativa, mas falta a maioria das outras instalações necessárias ao manejo da unidade?
- Há instalações e equipamentos, mas ainda há algumas lacunas importantes que restringem o manejo da unidade?
- Há equipamentos e instalações adequados?



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

** A Pontuação final será a obtida através da média da(s) unidade(s) de conservação existente(s) acrescentada da pontuação adquirida pela área das unidades de conservação existentes no município.

NOTAS:

- I. Cada Unidade de Conservação deve ser avaliada separadamente.
- II. U.U.S – Unidade de Uso Sustentável.
- III. U.P.I – Unidade de Proteção Integral.

I - LEGISLAÇÃO SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1.1) Situação da Política Ambiental.

- Criou e Aprovou a Política Municipal do Meio Ambiente - PMMA?
- Criou e implantou Órgão Executivo Municipal?
- Criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente?
- Criou o Fundo Municipal do Meio Ambiente?

1.2) Planejamento da Agenda 21 Local.

- Realizou o planejamento participativo da Agenda 21 Local?
- Elaborou ou revisou o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável?
- Executou as ações prioritárias do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável?

1.3) Execução do Licenciamento Ambiental.

- Habilitou-se e já executa as atividades de Licenciamento?
- Não se habilitou à execução do Licenciamento?
- Está em processo de habilitação?

1.4) Planejamento Ambiental.

- Dispõe de diagnóstico dos principais problemas ambientais do município?
- Dispõe de prioridades ambientais definidas para o município?
- Dispõe de Plano de Ação Ambiental, ou similar, detalhado para o município?
- Apresentou resultados alcançados decorrentes do processo de planejamento?

Declaro que possuo os pré-requisitos estabelecidos no Regulamento de Concessão do Selo Ambiental e que entreguei cópia dos documentos solicitados para Habilitação.

Local:

Data:



Carimbo e Assinatura do Responsável

Comissão:

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Para HABILITAÇÃO

- Instrumento legal de Criação do Conselho e sua regulamentação;
- Atas das Reuniões realizadas pelo Conselho;
- Capítulo do Plano Diretor que trata do meio ambiente, quando couber.

Para CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

A. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1 Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Mínimo: 24 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Armazenamento/Acondicionamento		
	O município disponibiliza coletores de lixo na maioria dos logradouros públicos	3	▪ Registro Fotográfico datado das áreas contempladas com coletores
1.2	Coleta e Transporte		
	O município coleta e transporta regularmente os resíduos sólidos urbanos de acordo com as normas técnicas	2	▪ Documento, assinado pelo Diretor ou responsável pelo departamento de limpeza pública, contendo a descrição do Programa de Rotina de Coleta, Transporte de Lixo e Varrição, com horários e itinerários; ▪ Relatório completo da frota disponibilizada para transporte, incluindo meios alternativos, tais como: carroças, carrinhos, com comprovação de documento de propriedade ou contrato de locação ▪ Cópia do contrato de terceirizado ▪ Cópia contracheques de pessoal da limpeza urbana ▪ Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores da coleta (fotos, notas fiscais de aquisição) ▪ Declaração do INCRA atestando a existência do assentamento
	O município coleta e transporta regularmente os resíduos sólidos urbanos de acordo com as normas técnicas em assentamentos da reforma agrária	2	



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

	<p>O município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e destina para a reciclagem dos materiais coletados até 25% dos domicílios</p> <p>O município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e destina para a reciclagem dos materiais coletados até 50% dos domicílios</p> <p>O município realiza coleta seletiva de resíduos sólidos e destina para a reciclagem dos materiais coletados até 100% dos domicílios</p>	<p>3</p> <p>5</p> <p>7</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos▪ Relatório com percentual das ações realizadas▪ Documento, assinado pelo Diretor ou responsável pelo departamento de limpeza pública, contendo a descrição do Programa de Rotina de Coleta, Transporte de Lixo e Varrição, com horários e itinerários;▪ Relatório completo da frota disponibilizada para transporte, incluindo meios alternativos, tais como: carroças, carrinhos, com comprovação de documento de propriedade ou contrato de locação▪ Cópia do contrato de terceirizado▪ Cópia contracheques de pessoal da limpeza urbana▪ Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores da coleta (fotos, notas fiscais de aquisição)
1.3	Disposição Final		
	Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Lixão, a céu aberto	0	
	Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário em processo de licenciamento sem pendências processuais	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da Licença de Operação do Aterro Sanitário, cópia da certidão de tramitação processual; relatório de pendências processuais (SEMAR)
	Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário licenciado	7	<ul style="list-style-type: none">▪ Registro Fotográfico datado do local de destino final dos resíduos▪ Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores do recolhimento dos resíduos sólidos (fotos, notas fiscais de aquisição)▪ Relatório de monitoramento do aterro feito pelo órgão licenciador ou auditoria ambiental com art.
	Deposita Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário licenciado que é operado de acordo com as normas técnicas	10	
1.4	Tratamento		
	Dispõe de Usina(s) de Reciclagem	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da Licença Ambiental da Usina
	Pratica atividades de Compostagem	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Registro Fotográfico datado e Relatório indicando quantidade/destino do produto final (composto)



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

	Incineração	1	▪ Cópia da Licença Ambiental
	Possui acima de 02 pontos de entrega voluntária – PEV de materiais recicláveis	3	▪ Termo de compromisso de doação do material, firmado entre a prefeitura e a associação ou cooperativa, com fotos datadas
1.5	Limpeza Pública		
	Executa limpeza regular dos logradouros públicos de acordo com as normas técnicas	3	▪ Documento, assinado pelo Diretor ou responsável pelo departamento de limpeza pública, contendo a descrição do Programa de Rotina de Coleta, Transporte de Lixo e Varrição, com horários e itinerários, contendo registro fotográfico dos serviços de limpeza; ▪ Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores da limpeza (fotos, notas fiscais de aquisição)
1.6	Planejamento		
	Possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	2	▪ Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou similar, exemplo: Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)
	Possui Plano de Gerenciamento de Serviços de Saúde	2	▪ Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS)
	Realiza atividades de educação ambiental voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos Realiza atividades de educação ambiental voltadas ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde	2 2	▪ Cópias de ementas, atas, listas de frequência, fotografias e folders de eventos de educação ambiental (Palestras, Seminários, Cursos, etc) ▪ Cópias dos projetos com descrição das ações e cronogramas ▪ Relatório das ações de cada projeto
	Executa projetos e políticas de redução e reaproveitamento de resíduos	2	▪ Cópias de projetos e políticas de redução e/ou reaproveitamento de resíduos ▪ Cópia de relatórios de execução do(s) projeto(s)
1.7	Resíduos Especiais		
	Realiza Coleta Seletiva de Lixo Hospitalar de acordo com as normas técnicas	3	▪ Plano de Coletiva Seletiva, relatório de procedimentos de vigilância em saúde



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

	O lixo hospitalar possui destino separado do domiciliar	3	<ul style="list-style-type: none">▪ Documento contendo a caracterização do local de destino final dos resíduos de serviços da saúde, acompanhado de registro fotográfico datado dos veículos que fazem a coleta com documento do veículo, termo de coleta e termo de entrega do aterro sanitário ou de empresa licenciada para este fim.▪ Cópia do contrato de prestação de serviço ou do aluguel dos veículos da coleta.
1.8	Atividades com Catadores		
	Realiza atividades de inclusão social e melhoria das condições de trabalho dos catadores de lixo Possui associação ou cooperativa de catadores de lixo Apoia o funcionamento da associação ou cooperativa de catadores	2 3 5	<ul style="list-style-type: none">▪ Relatório das atividades desenvolvidas contendo cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders (Palestras, Seminários, Cursos, etc)▪ Evidências do recolhimento e destinação dos materiais recicláveis às cooperativas ou associações (fotos datadas da coleta e termo de entrega)▪ Cópia de documento de doação ou cessão de área ou infraestrutura e equipamentos para o bom funcionamento da associação ou cooperativa.



B. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1 Educação Ambiental (Mínimo: 24 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental	2	Ato legal de instituição do plano, cópia do plano municipal de educação ambiental
	As metas do programa atingiram acima de 50% do planejado	3	Cópia dos projetos, documentos comprobatórios de execução com percentual
1.2	Educação Ambiental Informal		
	Incentiva a capacitação de Técnicos e Gestores Municipais para a participação em eventos de capacitação em áreas correlatas ao meio ambiente	3	▪ Cópia dos Certificados;
1.3	Educação Ambiental Formal		
	Promove capacitação de professores	3	▪ Relatórios das atividades desenvolvidas contendo cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental (Palestras, Seminários, Cursos, etc)
	Realiza atividades de educação ambiental voltadas às escolas	4	▪ Relatórios das atividades desenvolvidas contendo cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental (Palestras, Seminários, Cursos, etc)
	Inseriu a educação ambiental no Projeto Político Pedagógico ou no Projeto de Desenvolvimento Escolar nas escolas municipais	5	▪ Cópia do Projeto Político Pedagógico ou do Projeto de Desenvolvimento Escolar
1.4	Implantação de Projetos e Atividades de Educação Ambiental		
	Não realizou	0	
	Semana do Meio Ambiente)	4	▪ Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental (Palestras, Seminários, Cursos, etc) e referidas notas fiscais.
	Semana da Água	4	
	Dia de Campo	4	
	Fóruns, oficinas e seminários	2	
	Mobilização via caminhadas, maratonas, passeatas, atividades culturais, etc	2	
	Palestras	2	
1.5	Realizou ações de educação ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária	3	▪ Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental (Palestras, Seminários, Cursos, etc) e referidas notas



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

			fiscais e declaração do INCRA atestando a existência do assentamento.
	Realizou práticas agroecológicas em parceria com órgão de extensão rural e entre outras instituições em Assentamentos da Reforma Agrária	5	▪ Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental (Palestras, Seminários, Cursos, etc) e referidas notas fiscais e declaração do INCRA atestando a existência do assentamento, termo de cooperação técnica.



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

C. REDUÇÃO DO ÍNDICE DE DESMATAMENTO

1 REDUÇÃO DO ÍNDICE DE DESMATAMENTO (Mínimo: 20 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Resultados efetivos de redução do índice de desmatamento no município	20	<ul style="list-style-type: none">▪ Comprovação através de avaliação e parecer emitidos pela Coordenação de Geoprocessamento da SEMAR, com base em taxas anuais de desflorestamento. As estimativas serão produzidas por classificação digital de imagens seguindo metodologias de sistemas existentes.



D. REDUÇÃO DO RISCO DE QUEIMADAS, CONSERVAÇÃO DO SOLO, DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE

1 COMBATE E CONTROLE DE QUEIMADAS (Mínimo: 14 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Combate e Controle de Queimadas		
	Apoio, Organização e Manutenção de Brigada Civil de Combate a Incêndios e Queimadas	3	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da Lei de Criação da Associação de Brigadista▪ Cópia do Estatuto da Associação de Brigadista▪ Cópia dos contratos individuais dos brigadistas▪ Cópia de ato oficial de destinação de sala ou imóvel para organização das atividades de prevenção e combate▪ Notas fiscais dos EPIs.
	Dispõe de Plano de Prevenção e Combate a Incêndios e Queimadas	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia do Plano
	O Município elaborou Termo de Cooperação com a Associação de Brigadista Cívica	1	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia do Termo de Cooperação com a Associação de Brigadistas
	Promove Ações de Educação Ambiental visando prevenção ao uso do fogo	3	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de combate ao fogo (palestras, seminários, cursos, etc)▪ Declaração do INCRA atestando a existência do assentamento
	Promove Ações de Educação Ambiental visando prevenção ao uso do fogo em assentamentos da reforma agrária	5	
	Fornecer apoio logístico ao Brigadista para combater fogo nos limites do município	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Relatório de atividades contra o fogo nos limites municipais, com registro fotográfico
1.2	Conservação do Solo, da Água e da Biodiversidade		
	Dispõe de propostas ou plano, programas, ou projetos de gestão do uso da água, conservação do solo e/ou biodiversidade	6	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da(s) Proposta(s) ou Plano(s), Programa(s) ou Projeto(s) e relatórios
	Dispõe de ações efetivas de mitigação de impactos sobre a o solo, os recursos hídricos e/ou biodiversidade e recuperação de espécies em áreas de preservação permanente	5	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia de Relatório(s) das Ações, acompanhados de registro fotográfico datado, assinado(s) por responsável técnico (ART), quando for o caso



E. PROTEÇÃO DE MANANCIAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

1 PROTEÇÃO DE MANANCIAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO (Mínimo: 14 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Recursos Superficiais e Subterrâneos		
	Conservação ou recomposição da vegetação das áreas de recarga do lençol subterrâneo/freático	3	▪ Documento contendo Programa de Conservação ou recomposição da vegetação das áreas de recarga do lençol subterrâneo/freático, fotografias datadas, relatórios.
	Conservação ou replantio das matas ciliares ou nascentes situadas ao longo dos cursos de água	4	▪ Documento contendo Programa de Conservação ou replantio das matas ciliares ou nascentes situadas ao longo dos cursos de água, relatórios e fotografias datadas.
1.2	Aspectos Quantitativos e Qualitativos		
	Existência de instrumentos legais e/ou práticas de disciplina de uso do solo e de recursos hídricos e Manejo adequados do solo nas culturas agrícolas, por meio de técnicas apropriadas como plantio em nível em áreas marginais ao curso d'água	3	▪ Cópia do(s) Instrumento(s) Legal(is)
1.3	Destinação adequada dos esgotos sanitários, efluentes e resíduos agroindustriais		
	0 a 25% da População do município atendida	2	▪ Cópia da Licença de Operação com Relatório indicando percentual de população atendida com o sistema de esgotamento sanitário implantado
	26 a 50% da População do município atendida	4	
	51 a 100% da População do município atendida	6	
1.4	Monitoramento de Água		
	Como é considerada a qualidade da água bruta destinada ao abastecimento humano, conforme índice de conservação da água – ICA	0	▪ Laudo técnico em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S. ▪ Laudo técnico com os seguintes parâmetros: oxigênio dissolvido – OD, PH, turbidez, nitrato, DBO, condutividade, sólidos totais dissolvidos, clorofila A e fósforo.
	Péssima	1	
	Regular	2	
	Boa	3	



GOVERNO
DO PIAUÍ

Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

	Ótima		
	Os sistemas e soluções coletivas de abastecimento de água para consumo humano possuem plano de amostragem de cada sistema e solução aprovado pela autoridade municipal em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S	2	▪ Cópia do plano
	Os sistemas e soluções coletivas de abastecimento de água para consumo humano cumprem o plano de amostragem de cada sistema e solução aprovado pela autoridade municipal em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S	3	▪ Relatório e laudo técnico acompanhado de registro fotográfico datado comprovando a execução com percentual
	Qual o índice de cobertura de monitoramento da qualidade da água (parâmetro ICA) dos mananciais do município. $Ic = Nm/Nr$. (Ic=índice de cobertura, Nm= nº de mananciais monitorados, Nr= nº de mananciais do município). 0,01-0,20 0,21-0,50 0,51-0,80 0,81-1,00	0 1 2 3	▪ Cópia do termo de cooperação com a concessionária, ou laboratório certificado e os laudos de análise da água. ▪ Mapa hidrográfico do município em escala 1:100.000, identificando os pontos de coleta.



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

F. IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO (Mínimo: 20 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Dispõe de Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Sonora	5	▪ Cópia da Legislação
1.2	Realizou ações de controle e combate à poluição sonora	10	▪ Registro fotográfico datado, fotos do veículo de fiscalização adesivado com documento, cópia dos autos de infração, notas fiscais dos equipamentos de aferição.
1.3	Dispõe de Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Visual	5	▪ Cópia da Legislação
1.4	Dispõe de Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Atmosférica	5	▪ Cópia da Legislação
1.5	Realizou ações de controle e combate à poluição atmosférica	10	▪ Registro fotográfico datado, fotos do veículo de fiscalização adesivado com documento, laudo técnico de laboratório certificado.



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

G. EDIFICAÇÕES IRREGULARES

1 EDIFICAÇÕES IRREGULARES (Mínimo: 20 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1	Dispõe de Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo ou similar	10	▪ Cópia da Legislação de Uso de Ocupação do Solo
1.2	Possui estrutura institucional de controle da aplicação da Lei de Uso e Ocupação do Solo	10	▪ Quadro funcional próprio, convênio ou contrato
1.3	Possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano atuante	10	▪ Cópia do instrumento legal de criação do conselho, cópia da nomeação e dos documentos dos membros e cópia das atas das reuniões.



H. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (Mínimo**: 20 Pontos)				
		U.U.S	U.P.I	Documentos Comprobatórios
1.0	Existência de Unidade de Conservação no Município			
	De 1 a 5% da área do município	1	2	▪ Cópia do Ato Normativo de Criação de cada UC
	De 6 a 10% da área do município	2	3	
	De 11 a 30% da área do município	3	4	
	Acima de 30% da área do município	5	7	
ATENÇÃO: Preencher os campos abaixo para cada uma das Unidades de Conservação existentes				
		Valor		
		U.U.S	U.P.I	
1.1	Limites da Unidade demarcados			
	Não Demarcado	0	0	
	Parcialmente	2	2	▪ Mapa com localização dos marcos, limites naturais, placas indicativas, cercas, aceiros, estradas e outras indicações
	Totalmente Demarcado	4	4	▪ Mapa com localização dos marcos, limites naturais, placas indicativas, cercas, aceiros, estradas e outras indicações
1.2	Planejamento			
	Não existe Plano de Manejo	0	0	
	O plano de manejo está sendo elaborado ou revisado, com equipe técnica em atuação	1	1	▪ Publicação oficial do documento.
	Existe plano de manejo aprovado, porém não implementado ou revisado nos últimos cinco anos	3	3	▪ Publicação oficial do documento ▪ Equipe técnica própria ou Contrato para elaboração do plano
	Há plano de manejo e está sendo implementado	5	5	▪ Relatórios parciais de execução do plano, fotografias datadas
1.3	Desenvolvimento de Atividades			
	Não existe plano de manejo atualizado, mas existe programa de pesquisa visando o manejo da unidade em execução	1	1	▪ Relatórios parciais de execução do programa



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

	Programa de educação ambiental ou uso público em implementação	2	2	▪ Documento contendo o Programa de Educação Ambiental em execução ou executado
	Existe programa de proteção da biodiversidade	2	2	▪ Documento contendo o Programa de Proteção à Biodiversidade em execução ou executado
	Não existe Plano de Manejo, mas existe Plano Operativo Anual para o período desta avaliação	2	2	▪ Plano Operativo Anual
1.4	Colegiado Participativo			
	Não existe Colegiado ou não há representação da sociedade civil, ou não foi instalado	0	0	
	Existe Colegiado com participação da sociedade civil, mas reúne-se no máximo 2 vezes ao ano	3	3	▪ Ato legal de criação do Conselho ▪ Ata de posse dos membros ▪ Atas das reuniões do Conselho
	Existe Colegiado com participação da sociedade civil e reúne-se pelo menos 3 vezes ao ano	5	5	▪ Ato legal de criação do Conselho ▪ Ata de posse dos membros Atas das reuniões do Conselho
1.5	Pessoal			
	Não há funcionários	0	0	
	Possui funcionários voltados para o manejo da unidade	3	3	▪ Quadro funcional próprio, convênio ou contrato
1.6	Infraestrutura e equipamentos			
	Não há sede administrativa ou suas instalações são inadequadas	0	0	
	Há sede administrativa, mas falta a maioria das outras instalações necessárias ao manejo da unidade	1	1	▪ Laudo técnico com registro fotográfico
	Há instalações e equipamentos, mas ainda há algumas lacunas importantes que restringem o manejo da unidade	3	3	▪ Laudo técnico com registro fotográfico
	Há equipamentos e instalações adequados	5	5	▪ Laudo técnico com registro fotográfico

** A Pontuação final será a obtida através da média da(s) unidade(s) de conservação existente(s) acrescentada da pontuação adquirida pela área das unidades de conservação existentes no município.

NOTAS:

- IV. Cada Unidade de Conservação deve ser avaliada separadamente;
- V. U.U.S – Unidade de Uso Sustentável



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

VI. U.P.I – Unidade de Proteção Integral



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

I. LEGISLAÇÃO SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1 Implementação de Política Municipal de Meio Ambiente (Mínimo: 14 Pontos)			
		Valor	Documentos Comprobatórios
1.1 Situação da Política Ambiental			
	Criou e Aprovou a Política Municipal do Meio Ambiente - PMMA	3	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da Lei Ambiental aprovada; decreto de Regulamentação da Lei Ambiental
	Criou e implantou Órgão Executivo Municipal	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da Lei de Criação do Órgão Executivo Municipal▪ Cópia do Ato ou Decreto de nomeação do Secretário e Técnicos do Órgão Municipal de Meio Ambiente
	Criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia do Ato de Criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do regimento interno.▪ Cópia das atas das reuniões
	Criou o Fundo Municipal do Meio Ambiente	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia da Lei de Criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente e do decreto de regulamentação.▪ Cópia das atas das reuniões e do Termo de posse dos conselheiros do Conselho Gestor do Fundo.
1.2 Planejamento da Agenda 21 Local			
	Realizou o planejamento participativo da Agenda 21 Local	3	<ul style="list-style-type: none">▪ Lei ou decreto de criação.▪ Atas das reuniões
	Elaborou ou revisou o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável	2	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia do plano
	Executou as ações prioritárias do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável	3	<ul style="list-style-type: none">▪ Cópia do plano de trabalho, relatório de gestão, atas das reuniões, cópia do PPA, cópia de projetos.
1.3 Execução do Licenciamento Ambiental			
	Habilitou-se e já executa as atividades de Licenciamento	4	<ul style="list-style-type: none">▪ Comprovante de Habilitação ao Licenciamento, emitido pela SEMAR
	Não se habilitou	0	
	Está em processo de habilitação	1	<ul style="list-style-type: none">▪ Comprovante emitido pela SEMAR
1.4 Planejamento Ambiental			
	Dispõe de diagnóstico dos principais problemas ambientais do município	1	<ul style="list-style-type: none">▪ Documento contendo o diagnóstico dos principais problemas ambientais do município, assinado por responsável técnico, quando for o caso
	Dispõe de prioridades ambientais definidas para o município	1	<ul style="list-style-type: none">▪ Documento contendo prioridades ambientais definidas para o município,



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

			assinado por responsável técnico, quando for o caso
	Dispõe de Plano de Ação Ambiental, ou similar, detalhado para o município	2	▪ Documento contendo o Plano de Ação Ambiental, assinado por responsável técnico, quando for o caso
	Demonstrar resultados alcançados decorrentes do processo de planejamento	3	▪ Relatório contendo melhorias ocorridas provenientes da execução do planejamento ambiental do município, assinado pelo gestor municipal



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO
SELO AMBIENTAL

(EXEMPLO)

PARTE 01 - HOMOLOGAÇÃO			
1 - DADOS GERAIS		VOL	PÁG
a) Do município		HOM	
b) Do representante legal		HOM	
2- CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		VOL	PÁG
a) Ato normativo de criação		HOM	
b) Ato normativo de aprovação do Regimento Interno		HOM	
c) Atas das reuniões		HOM	
3 - PLANO DIRETOR		VOL	PÁG
a) Delineamento da política municipal para o meio ambiente no Plano Diretor		HOM	
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA HABILITAÇÃO			
DOC	DESCRIÇÃO	VOL	PÁG
H-01	Ato normativo de criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente	HOM	
H-02	Ato normativo de aprovação do Regimento Interno do Conselho	HOM	
H-03	Atas das reuniões realizadas pelo Conselho	HOM	
H-04	Delineamento da política para o meio ambiente no Plano Diretor	HOM	



MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO
SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 02 - A. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			A	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			A	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-01	Registro Fotográfico datado das áreas contempladas com coletores	1.1	A	
P-02	Documento, assinado pelo Diretor ou responsável pelo departamento de limpeza pública, contendo a descrição do Programa de Rotina de Coleta, Transporte de Lixo e Varrição, com horários e itinerários	1.2	A	
P-03	Relatório completo da frota disponibilizada para transporte, incluindo meios alternativos, tais como: carroças, carrinhos, com comprovação de documento de propriedade ou contrato de locação	1.2	A	
P-04	Cópia do contrato de terceirizado	1.2	A	
P-05	Cópia contracheques de pessoal da limpeza urbana	1.2	A	
P-06	Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores da coleta	1.2	A	
P-07	Declaração do INCRA atestando a existência do assentamento	1.2	A	
P-08	Programa de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos	1.2	A	
P-09	Relatório com percentual das ações realizadas	1.2	A	
P-10	Documento, assinado pelo Diretor ou responsável pelo departamento de limpeza pública, contendo a descrição do Programa de Rotina de Coleta, Transporte de Lixo e Varrição, com horários e itinerários da coleta seletiva	1.2	A	
P-11	Relatório completo da frota disponibilizada para transporte, incluindo meios alternativos, tais como: carroças, carrinhos, com comprovação de documento de propriedade ou contrato de locação da coleta seletiva	1.2	A	
P-12	Cópia do contrato de terceirizado da coleta seletiva	1.2	A	
P-13	Cópia contracheques de pessoal da coleta seletiva	1.2	A	
P-14	Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores da coleta seletiva	1.2	A	
P-15	Cópia da Licença de Operação do Aterro Sanitário, cópia da certidão de tramitação processual; relatório de pendências processuais (SEMAR)	1.3	A	



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-16	Registro Fotográfico datado do local de destino final dos resíduos	1.3	A	
P-17	Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores do recolhimento dos resíduos sólidos	1.3	A	
P-18	Relatório de monitoramento do aterro feito pelo órgão licenciador ou auditoria ambiental com art	1.3	A	
P-19	Cópia da Licença Ambiental da Usina de Reciclagem	1.4	A	
P-20	Registro Fotográfico datado e Relatório indicando quantidade/destino do produto final (composto)	1.4	A	
P-21	Cópia da Licença Ambiental de Incineração	1.4	A	
P-22	Termo de compromisso de doação do material, firmado entre a prefeitura e a associação ou cooperativa	1.4	A	
P-23	Documento, assinado pelo Diretor ou responsável pelo departamento de limpeza pública, contendo a descrição do Programa de Rotina de Coleta, Transporte de Lixo e Varrição, com horários e itinerários, contendo registro fotográfico dos serviços de limpeza	1.5	A	
P-24	Evidências no uso de equipamentos de proteção individual (EPI) pelos trabalhadores da limpeza	1.5	A	
P-25	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou similar, exemplo: Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)	1.6	A	
P-26	Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS)	1.6	A	
P-27	Cópias de ementas, atas, listas de frequência, fotografias e folders de eventos de educação ambiental voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (Palestras, Seminários, Cursos, etc)	1.6	A	
P-28	Cópias dos projetos com descrição das ações e cronogramas	1.6	A	
P-29	Relatório das ações de cada projeto	1.6	A	
P-30	Cópias de projetos e políticas de redução e/ou reaproveitamento de resíduos	1.6	A	
P-31	Cópia de relatórios de execução do(s) projeto(s)	1.6	A	
P-32	Plano de Coletiva Seletiva de lixo hospitalar, relatório de procedimentos de vigilância em saúde	1.7	A	
P-33	Documento contendo a caracterização do local de destino final dos resíduos de serviços da saúde, acompanhado de registro fotográfico datado dos veículos que fazem a coleta com documento do veículo, termo de coleta e termo de entrega do aterro sanitário ou de empresa licenciada para este fim	1.7	A	
P-34	Cópia do contrato de prestação de serviço ou do aluguel dos veículos da coleta	1.7	A	



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-35	Relatório das atividades desenvolvidas com catadores de lixo contendo cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders (Palestras, Seminários, Cursos, etc)	1.8	A	
P-36	Evidências do recolhimento e destinação dos materiais recicláveis às cooperativas ou associações (fotos datadas da coleta e termo de entrega)	1.8	A	
P-37	Cópia de documento de doação ou cessão de área ou infraestrutura e equipamentos para o bom funcionamento da associação ou cooperativa	1.8	A	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 03 - B. EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			B	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			B	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-38	Ato legal de instituição do plano, cópia do plano municipal de educação ambiental	1.1	B	
P-39	Cópia dos projetos, documentos comprobatórios de execução do plano municipal de educação ambiental com percentual	1.1	B	
P-40	Cópia dos Certificados de capacitação de Técnicos e Gestores Municipais para a participação em eventos de capacitação em áreas correlatas ao meio ambiente	1.2	B	
P-41	Relatórios das atividades desenvolvidas de capacitação de professores contendo cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental	1.3	B	
P-42	Relatórios das atividades desenvolvidas contendo cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental voltadas às escolas	1.3	B	
P-43	Cópia do Projeto Político Pedagógico ou do Projeto de Desenvolvimento Escolar nas escolas municipais	1.3	B	
P-44	Semana do Meio Ambiente (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais)	1.4	B	



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-45	Semana da Água (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais)	1.4	B	
P-46	Dia de Campo (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais)	1.4	B	
P-47	Fóruns, oficinas e seminários (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais)	1.4	B	
P-48	Mobilização via caminhadas, maratonas, passeatas, atividades culturais, etc (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais)	1.4	B	
P-49	Palestras (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais)	1.4	B	
P-50	Realizou ações de educação ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais e declaração do INCRA atestando a existência do assentamento)	1.5	B	
P-51	Realizou práticas agroecológicas em parceria com órgão de extensão rural e entre outras instituições em Assentamentos da Reforma Agrária (Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de educação ambiental, Palestras, Seminários, Cursos, etc e referidas notas fiscais e declaração do INCRA atestando a existência do assentamento com termo de cooperação técnica)	1.5	B	



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO
SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 04 - C. REDUÇÃO DO ÍNDICE DE DESMATAMENTO				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			C	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			C	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-52	Declaração que o município conseguiu resultados efetivos de redução dos índices de desmatamento no município.	1.1	C	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO
SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 05 - D. REDUÇÃO DO RISCO DE QUEIMADAS, CONSERVAÇÃO DO SOLO, DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			D	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			D	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-53	Cópia da Lei de Criação da Associação de Brigadista	1.1	D	
P-54	Cópia do Estatuto da Associação de Brigadista	1.1	D	
P-55	Cópia dos contratos individuais dos brigadistas	1.1	D	
P-56	Cópia de ato oficial de destinação de sala ou imóvel para organização das atividades de prevenção e combate	1.1	D	
P-57	Notas fiscais dos EPIs.	1.1	D	
P-58	Cópia do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios e Queimadas	1.1	D	
P-59	Cópia do Termo de Cooperação com a Associação de Brigadistas	1.1	D	
P-60	Cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de combate ao fogo de ações de educação ambiental visando prevenção ao uso do fogo	1.1	D	
P-61	Declaração do INCRA atestando a existência do assentamento e cópias de ementas, atas, listas de frequências, fotografias e folders de eventos de combate ao fogo de ações de educação ambiental visando prevenção ao uso do fogo em assentamentos da reforma agrária.	1.1	D	



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-62	Relatório de atividades contra o fogo nos limites municipais, com registro fotográfico	1.1	D	
P-63	Cópia da(s) Proposta(s) ou Plano(s), Programa(s) ou Projeto(s) e relatórios de gestão do uso da água, conservação do solo e/ou biodiversidade.	1.2	D	
P-64	Cópia de Relatório(s) das Ações, acompanhados de registro fotográfico datado, assinado(s) por responsável técnico (ART), quando for o caso, de ações efetivas de mitigação de impactos sobre a o solo, os recursos hídricos e/ou biodiversidade e recuperação de espécies em áreas de preservação permanente.	1.2	D	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 06 - E. PROTEÇÃO DE MANANCIAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			E	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			E	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-65	Documento contendo Programa de Conservação ou recomposição da vegetação das áreas de recarga do lençol subterrâneo/freático, fotografias datadas, relatórios.	1.1	E	
P-66	Documento contendo Programa de Conservação ou replantio das matas ciliares ou nascentes situadas ao longo dos cursos de água, relatórios e fotografias datadas.	1.1	E	
P-67	Cópia do(s) Instrumento(s) Legal(is) de disciplina de uso do solo e de recursos hídricos e Manejo adequados do solo nas culturas agrícolas, por meio de técnicas apropriadas como plantio em nível em áreas marginais ao curso d'água.	1.2	E	
P-68	Cópia da Licença de Operação com Relatório indicando percentual de população atendida com o sistema de esgotamento sanitário implantado	1.3	E	



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-69	Laudo técnico em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S. com os seguintes parâmetros: oxigênio dissolvido – OD, PH, turbidez, nitrato, DBO, condutividade, sólidos totais dissolvidos, clorofila A e fósforo, demonstrando como é considerada a qualidade da água bruta destinada ao abastecimento humano, conforme índice de conservação da água – ICA	1.4	E	
P-70	Cópia do plano de amostragem dos sistemas e soluções coletivas de abastecimento de água para consumo humano de cada sistema e solução aprovado pela autoridade municipal em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12/12/2011 do M.S	1.4	E	
P-71	Relatório e laudo técnico acompanhado de registro fotográfico datado comprovando a execução dos planos de amostragem dos sistemas e soluções coletivas com percentual	1.4	E	
P-72	Cópia do termo de cooperação com a concessionária, ou laboratório certificado e os laudos de análise da água indicando o índice de cobertura de monitoramento da qualidade da água (parâmetro ICA) dos mananciais do município.	1.4	E	
P-73	Mapa hidrográfico do município em escala 1:100.000, identificando os pontos de coleta.	1.4	E	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 07 - F. IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE POLUIÇÃO				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			F	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			F	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-74	Cópia da Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Sonora	1.1	F	
P-75	Registro fotográfico datado, fotos do veículo de fiscalização adesivado com documento, cópia dos autos de infração, notas fiscais dos equipamentos de aferição de poluição sonora.	1.2	F	



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-76	Cópia da Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Visual	1.3	F	
P-77	Cópia da Legislação Municipal de Controle e Combate à Poluição Atmosférica	1.4	F	
P-78	Registro fotográfico datado, fotos do veículo de fiscalização adesivado com documento, laudo técnico de laboratório certificado de controle e combate à poluição atmosférica	1.5	F	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO
SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 08 - G. EDIFICAÇÕES IRREGULARES				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			G	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			G	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-79	Cópia da Legislação de Uso de Ocupação do Solo	1.1	G	
P-80	Quadro funcional próprio, convênio ou contrato da estrutura institucional de controle da aplicação da Lei de Uso e Ocupação do Solo	1.2	G	
P-81	Cópia do instrumento legal de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, cópia da nomeação e dos documentos dos membros e cópia das atas das reuniões.	1.3	G	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO
SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 09 - H. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			H	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			H	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG
P-82	Cópia do Ato Normativo de Criação de cada UC	1.0	H	



GOVERNO DO PIAUÍ
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-83	Mapa com localização dos marcos, limites naturais, placas indicativas, cercas, aceiros, estradas e outras indicações de cada unidade de conservação.	1.1	H	
P-84	Mapa com localização dos marcos, limites naturais, placas indicativas, cercas, aceiros, estradas e outras indicações de cada unidade de conservação.	1.1	H	
P-85	Publicação oficial do documento do Plano de Manejo de cada unidade de conservação.	1.2	H	
P-86	Equipe técnica própria ou Contrato para elaboração do plano de manejo de cada unidade de conservação.	1.2	H	
P-87	Relatórios parciais de execução do plano de manejo de cada unidade de conservação, fotografias datadas	1.2	H	
P-88	Relatórios parciais de execução do programa de pesquisa de cada unidade de conservação.	1.3	H	
P-89	Documento contendo o Programa de Educação Ambiental em execução ou executado de cada unidade de conservação.	1.3	H	
P-90	Documento contendo o Programa de Proteção à Biodiversidade em execução ou executado de cada unidade de conservação.	1.3	H	
P-91	Plano Operativo Anual de cada unidade de conservação.	1.3	H	
P-92	Ato legal de criação do Conselho, Ata de posse dos membros e Atas das reuniões do Conselho com participação da sociedade civil das unidades de conservação.	1.4	H	
P-93	Quadro funcional próprio, convênio ou contrato de cada unidade de conservação.	1.5	H	
P-94	Laudo técnico com registro fotográfico da sede administrativa, sua infraestrutura, equipamentos e instalações de cada unidade de conservação.	1.6	H	

MODELO DE APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PADRÃO PARA ENQUADRAMENTO DO SELO AMBIENTAL
(EXEMPLO)

PARTE 10 - I. LEGISLAÇÃO SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
4- CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE			VOL	PÁG
a) Questionário			I	
b) Relação de documentos comprobatórios de postulação			I	
DOC	DESCRIÇÃO	INC	VOL	PÁG



Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

P-95	Cópia da Lei Ambiental aprovada; decreto de Regulamentação da Lei Ambiental (Política Municipal do Meio Ambiente)	1.1	I	
P-96	Cópia da Lei de Criação do Órgão Executivo Municipal, Cópia do Ato ou Decreto de nomeação do Secretário e Técnicos do Órgão Municipal de Meio Ambiente	1.1	I	
P-97	Cópia do Ato de Criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do regimento interno, Cópia das atas das reuniões	1.1	I	
P-98	Cópia da Lei de Criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente e do decreto de regulamentação, Cópia das atas das reuniões e do Termo de posse dos conselheiros do Conselho Gestor do Fundo.	1.1	I	
P-99	Lei ou decreto de criação da Agenda 21 Local (ou Agenda 2030), Atas das reuniões.	1.2	I	
P-100	Cópia do o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável.	1.2	I	
P-101	Cópia do plano de trabalho, relatório de gestão, atas das reuniões, cópia do PPA, cópia de projetos comprovando que executou as ações prioritárias do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável	1.2	I	
P-102	Comprovante de Habilitação ao Licenciamento, emitido pela SEMAR, ou comprovante que está em processo de licenciamento.	1.3	I	
P-103	Documento contendo o diagnóstico dos principais problemas ambientais do município, assinado por responsável técnico, quando for o caso.	1.4	I	
P-104	Documento contendo prioridades ambientais definidas para o município, assinado por responsável técnico, quando for o caso.	1.4	I	
P-105	Documento contendo o Plano de Ação Ambiental, assinado por responsável técnico, quando for o caso.	1.4	I	
P-106	Relatório contendo melhorias ocorridas provenientes da execução do planejamento ambiental do município, assinado pelo gestor municipal.	1.4	I	